

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.602 - DF (2019/0307073-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AUTOR : FRANCIS MAIA DOS SANTOS
ADVOGADOS : FELIPPE ZERAIK - RJ030397
CECÍLIA DA SILVA ZERAIK E OUTRO(S) - RJ104199
BÁRBARA GOMES LUPETTI BAPTISTA - RJ113658
RÉU : BENEDICTO ROCQUE DA MOTTA - ESPÓLIO
REPR. POR : CARLOS PRUDENTE ROCQUE SEROA DA MOTTA -
INVENTARIANTE
RÉU : MARIA THEREZA DE BARROS CAMARGO - ESPÓLIO
REPR. POR : CARLOS PRUDENTE ROCQUE SEROA DA MOTTA -
INVENTARIANTE
RÉU : THEREZA CHRISTINA ROCQUE DA MOTTA

DECISÃO

1. Cuida-se de pedido de tutela provisória em sede de ação rescisória proposta por FRANCIS MAIA DOS SANTOS, com fundamento no art. 966, V e VIII, do Código de Processo Civil, na qual objetiva desconstituir acórdão proferido pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, de relatoria da em. Ministra Nancy Andrighi, no REsp nº 1.661.482-RJ, que negou provimento ao recurso especial interposto e rejeitou os embargos de declaração, ambos interpostos pela ora autora.

No referido acórdão, da lavra da Terceira Turma do STJ, negou-se provimento ao apelo nobre interposto pela ora autora, com fulcro nos seguintes fundamentos: **a)** não houve violação ao art. 535 do CPC/1973; **b)** é pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o julgamento pelo órgão colegiado, via agravo regimental, convalida eventual ofensa ao art. 557, *caput*, do CPC/1973, perpetrada na decisão monocrática; **c)** o juízo de origem e o TJRJ identificaram, em abstrato, a legitimidade do espólio para pleitear a anulação do negócio jurídico, pois o inventário ainda não havia encerrado e o bem imóvel continuava registrado em seu nome, não havendo que se falar em violação aos arts. 3º e 267, VI, do CPC/73; **d)** a recorrente sustenta que houve promessa de compra e venda e não cessão de direitos hereditários sobre o imóvel; entretanto, alterar as conclusões adotadas pelo Tribunal de origem quanto à natureza do contrato demandaria desta Corte, inevitavelmente, a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, situação que implicaria ofensa aos óbices constantes nas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ; **e)** com base nessa premissa fática, o TJRJ aplicou o direito à espécie em sintonia com a jurisprudência do STJ, pois “a cessão de direitos hereditários deve ser formalizada por escritura pública, consoante determina o artigo 1.793 do Código Civil de 2002” (REsp 1.027.884/SC, Quarta Turma, DJe 24/8/2009; AgRg no REsp 1.416.041/RS, Terceira Turma, DJe 9/6/2014); **f)** inclusive, sobre a controvérsia, o TJRJ foi enfático ao ressaltar que a nulidade do negócio jurídico decorreu das provas dos autos, sobretudo porque a defesa não trouxe nenhuma prova contrária às alegações do autor da demanda, restando presente a má-fé na transmissão do imóvel; **g)** a sentença, confirmada

em todos os seus termos pelo acórdão do TJRJ, julgou procedente o pedido do autor para declarar a nulidade da alienação do imóvel e determinar: i) a devolução do imóvel em 30 dias; ii) o pagamento de $\frac{1}{4}$ do valor locatício mensal do bem em favor exclusivamente do condômino preterido, cujo termo inicial será a data da notificação extrajudicial e o termo final a data em que houver a devolução do bem; iii) o pagamento das cotas condominiais até a data da devolução da posse ao autor; **h)** ao analisar a pretensão inicial e a prestação da tutela jurisdicional, percebe-se que não houve entrega de objeto diverso do pleiteado, nem mesmo determinação de pagamento além do efetivamente requerido pela parte; **i)** ao fixar, como termo inicial do aluguel do imóvel, a data da notificação extrajudicial enviada pelo condômino preterido, o exercício da jurisdição ocorreu mediante interpretação lógico-sistemática da petição inicial, considerando a causa de pedir e o pedido, visto que o recorrido pleiteou, em antecipação de tutela, a imissão na posse do bem, alegando que, desde a notificação extrajudicial, a recorrente já teria ciência da ilícita transação e da ocupação sobre o imóvel, não havendo, portanto, julgamento *ultra petita* nesta questão; e **j)** ao contrário do viés que a recorrente pretende persuadir, a razão para indeferir a restituição de valores não foi o reconhecimento da má-fé na espécie, mas a ausência de prova do efetivo pagamento pelo bem, não se identificando, assim, julgamento *extra petita* na espécie, pois a tutela judicial possui congruência com os requerimentos da petição inicial.

A ora autora opôs, em seguida, embargos de declaração contra a decisão em epígrafe, que foram rejeitados, com base nos subsequentes fundamentos: **a)** devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexiste qualquer vício a ser sanado no acórdão embargado, sendo importante ressaltar que a Súmula 410/STJ incide nas hipóteses de cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, circunstâncias que não guardam similitude com a hipótese dos autos, que referencia desocupação de imóvel, cujo cumprimento deverá ocorrer em trinta dias, contados a partir do trânsito em julgado da controvérsia, comando presente no dispositivo da sentença; e **b)** o pedido de sustentação oral em recurso especial deve ser dirigido à Coordenadoria do Órgão Julgador até dois dias úteis após a publicação da pauta de julgamento, nos termos do art. 158 do RISTJ, de modo que a antecipação da sessão da Terceira Turma, no dia 4/5/2017, não implicou cerceamento do direito de defesa da parte, pois, apesar de publicado no DJe o correto horário da sessão de julgamento, não houve pedido de sustentação oral tempestivo, apto, em tese, a influenciar na decisão colegiada do recurso interposto.

Na presente rescisória, a autora consigna que a ação originária discute, grosso modo, a suposta nulidade de uma promessa de compra e venda de imóvel realizada em 16.11.2010, "*apenas entre duas coproprietárias [mãe e filha], as Sras. MARIA THEREZA DE BARROS CAMARGO [mãe] e THEREZA CHRISTINA ROCQUE DA MOTTA [filha], e a compradora, FRANCIS MAIA DOS SANTOS, sem a participação do terceiro coproprietário [respectivamente, filho e irmão das vendedoras], o Sr. CARLOS PRUDENTE ROCQUE SERÔA DA MOTTA.*" (fl. 4)

Registra que o Sr. Carlos Prudente Rocque Serôa da Motta, em vez de propor a ação de nulidade em seu próprio nome, na qualidade de coproprietário (herdeiro) preterido na venda do imóvel, ajuizou-a em nome do espólio do pai - Benedicto Rocque da Motta -, contra as duas proprietárias vendedoras (meeira e herdeira), respectivamente, sua

mãe e irmã.

Nesse sentido, assere que, quando da formalização do mencionado negócio jurídico (2010), o inventário já estava findo, tendo a partilha ocorrido em 1983 (não havendo, apenas, o devido registro do formal no competente cartório de registro de imóveis), de modo que o instrumento contratual não poderia, jamais, ter sido considerado como cessão de direitos hereditários, mas sim promessa de compra e venda, não se podendo olvidar que a Sra. Maria Thereza já era meeira do bem desde 1981.

Logo, o imóvel passou a ser detido em condomínio por todos os herdeiros, particularizando-se a legitimação para exercer os direitos compatíveis com a indivisão e reivindicação do imóvel de quem, eventualmente, fruisse o bem de forma ilegítima.

Conclui que a ausência de registro do formal de partilha, não obstante homologado por sentença transitada em julgado, e a consequente permanência do nome do *de cujus* como proprietário do imóvel no registro de imóveis, não poderia servir como fator legitimador de o espólio figurar no polo ativo da ação, pois, sob essa ótica, ultimada a partilha, os bens deixariam de integrar o espólio, mas, ainda não transcrito o título, não se incorporariam ao patrimônio dos herdeiros, situação que criaria uma espécie de hiato na propriedade do bem partilhado.

Sustenta que, aperfeiçoado o processo sucessório, extingue-se o espólio e o bem partilhado passa a pertencer aos herdeiros, na exata medida dos quinhões outorgados, legitimando-os, com lastro no título de propriedade, no caso, o formal de partilha, a defendê-los e reivindicá-los.

A autora propugna, assim, que não há dúvidas de que a demanda deveria ter sido proposta pelo herdeiro preterido, razão pela qual a ilegitimidade do espólio é patente, ensejando a extinção do feito, até porque entende o STJ que a legitimidade do espólio para representar os herdeiros se dá apenas até a partilha.

Defende, também, que o autor da ação originária não requereu a condenação da ora requerente ao pagamento de aluguel a contar da notificação, mas sim da eventual recusa desta na desocupação do imóvel, se houvesse, após determinação judicial, sendo absolutamente excessivo o comando dos arestos rescindendo, que fixou condenação baseada em taxa de ocupação, máxime porque a autora desocupou o imóvel voluntariamente.

Aponta que a sentença julgou procedente o pedido, para determinar a imissão de posse no imóvel objeto do negócio jurídico, declarando-se nula a transação, sem a restituição dos valores pagos (cerca de R\$ 335.000,00), e com a condenação ao pagamento de taxa de ocupação, tendo sido confirmada por decisão monocrática proferida em apelação, e mantida por via de agravo interno, complementado por embargos de declaração.

Informa que os arestos estaduais (acórdãos do agravo interno na apelação e dos embargos de declaração) foram objeto de recurso especial, conhecido e desprovido, assim como os posteriores aclaratórios.

Destaca que a presente ação rescisória está fundamentada em violação manifesta de normas jurídicas e em erro de fato.

Argumenta que a venda do imóvel, ao contrário do que ficou estabelecido no

acórdão rescindendo, não ocorreu sem a ciência de um dos coproprietários, mas sem o seu consentimento (e eventualmente contra a sua vontade).

Ressalta que a negociação anulada decorreu de promessa de compra e venda de bem imóvel já partilhado, verificada entre particulares, pessoas físicas, que haviam herdado o patrimônio, não se tratando, jamais, de cessão - não consentida - de direitos hereditários, de modo que a interpretação sobre a legitimidade do espólio foi equivocada, justamente porque não se levou em consideração o fato de o imóvel, na ocasião da negociação, já integrar o patrimônio pessoal dos herdeiros - apenas o formal de partilha não estava registrado, mas a partilha já havia, inclusive, transitado em julgado.

Assevera que o juízo sentenciante partiu de olhar acusatório para interpretar os fatos e as provas, sem ouvir nenhuma das pessoas envolvidas no caso, notadamente porque: a) não viu nos autos as transferências e os cheques que comprovam os pagamentos de parte do valor do negócio jurídico; e b) sem jamais ouvir pessoalmente a ora autora, desenvolveu por ela um sentimento de desconfiança, totalmente abstrato, passando a suspeitar de uma suposta amizade com as vendedoras, para caracterizar um conluio que jamais ocorreu.

Obtempera que houve, ainda, uma sucessão de obstáculos processuais que restringiram a possibilidade de interpretação da prova, tais como: a) no TJRJ, que seria a última instância para rever os fatos e analisar a prova dos autos, usou-se, indevidamente, o antigo art. 557 do CPC/1973 para julgar monocraticamente o caso, restringindo a defesa e a discussão dos fatos e impedindo o uso da palavra aos patronos da autora; e b) posteriormente, já no STJ, também ocorreu obstáculo à realização da sustentação oral, por antecipação da pauta sem comunicação prévia aos patronos, infortúnio que tornou inviável o uso da palavra, restringindo, mais uma vez, a possibilidade de enfrentamento mais minucioso do processo, a comprometer a ampla defesa da autora.

Assinala que a sua situação atual (da autora), compradora de boa-fé do imóvel em 2010, é a seguinte: *"...pagou cerca de R\$ 335.000,00 pelo apartamento, realizou benfeitorias, fez um consórcio, com a intenção de quitar o restante [valor total do imóvel era de R\$ 542 mil reais], e hoje se vê sem o imóvel que adquiriu, morando de aluguel, sem possibilidade de ser ressarcida pelas benfeitorias que fez no apartamento, e, ainda, devedora de quase R\$ 150 mil reais por uma taxa de ocupação que não foi sequer pedida na inicial, e que vem sendo, oportuna e maliciosamente, EXECUTADA pelo Espólio-Réu, de BENEDICTO ROCQUE DA MOTTA [parte claramente ilegítima] na ação originária".* (fl. 36)

Impugna o posicionamento adotado pelas instâncias ordinárias, no sentido de que o negócio jurídico deveria ter sido firmado com a anuência de todos os proprietários e por escritura pública (art. 1.793 do CC), pois não se tratava de cessão de direitos hereditários, mas sim promessa de compra e venda, que, pelo art. 504 do CC, permite a alienação de fração do imóvel indivisível sem o consentimento de todos os condôminos, salvo se outro consorte a quiser comprar, o que não ocorreu nos autos, uma vez que o herdeiro supostamente preterido, mesmo tendo ciência da venda do bem, deixou transcorrer *in albis* o

prazo de 180 dias relativo ao exercício do seu direito de preferência.

Dessa forma, o Espólio de Benedicto Rocque da Motta, autor do processo originário, poderia, no máximo, abstraindo-se o problema de sua ilegitimidade ativa, pleitear a anulação do negócio jurídico envolvendo a cota parte de 1/4 do Sr. Carlos Prudente, mas jamais pretender a anulação em relação às frações pertencentes às demais proprietárias, que, por autonomia da vontade, venderam o imóvel e receberam o preço, fato que, inclusive, confirmam em suas peças processuais e recursais. Lembra, ainda, que a Sra. Maria Thereza, mãe do inventariante do espólio, era detentora, antes mesmo do inventário, desde 1981, de 1/2 do imóvel, não em razão da partilha do bem nos autos, mas em decorrência do casamento, o que impediria o espólio, sob qualquer ótica, de requerer a anulação da venda realizada, de modo que, na pior das hipóteses, as partes deveriam voltar ao *status quo ante*.

Em suma, a seu sentir, a violação manifesta ocorreu em relação às seguintes normas jurídicas: a) ilegitimidade do espólio para propor a ação de nulidade da promessa de compra e venda - arts. 3º e 267, VI, do CPC/1973 (correspondentes aos arts. 17 e 485, VI, do CPC/2015), c/c o art. 1.784 do CC; b) julgamento *extra petita* em relação ao pagamento da taxa de ocupação, que não foi requerido na inicial - arts. 126 e 460 do CPC/1973 (correspondentes aos arts. 141 e 492 do CPC/2015); e c) validade do negócio jurídico - arts. 504 e 1.417 do CC.

Em complementação, os erros de fato decorreram das seguintes circunstâncias: a) os comprovantes de pagamento, especialmente o do valor do sinal - R\$ 135.000,00 -, estão nos autos, porém não foram vistos pelo juízo sentenciante; b) a compradora do imóvel, ora autora, considerada adquirente de má-fé, por suposto conluio, tinha - e ainda tem - o dinheiro do consórcio, que possibilita o pagamento da cota-parte do coproprietário supostamente preterido, o que foi desconsiderado pelo juízo de origem, que não viu nos autos o documento atualizado do consórcio; e c) o bem imóvel objeto da promessa de compra e venda já estava partilhado quando comprado pela autora, fato desconsiderado no acórdão do agravo interno no TJRJ, que foi taxativo ao confundir a ausência de registro do formal com a partilha, sendo a revisão dos fatos impossibilitada pelo óbice da Súmula 7.

Requer a concessão de tutela provisória, com o fim de suspender o cumprimento da sentença referente aos autos do processo nº 029930060.2011.8.19.0001, em curso na 9ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro - ora em fase de liquidação -, em que pretende o Espólio de Benedicto Rocque da Motta: a) a desocupação do imóvel (já concretizada mediante entrega voluntária das chaves pela autora; e b) a cobrança da taxa de ocupação, totalmente indevida, no valor de quase R\$ 150.000,00.

Em despacho às fls. 923-924, mandei intimar a parte autora para realizar o depósito da importância de 5% sobre o valor da causa ou comprovar a alegada hipossuficiência financeira.

Na petição de fls. 926-928, a autora requer a concessão de justiça gratuita.

É o relatório. DECIDO.

2. Defiro o pedido de justiça gratuita formulado na petição de fls. 926-928, tendo em vista os documentos comprobatórios devidamente juntados, aptos a atestar a impossibilidade de a parte autora efetuar o depósito da importância de 5% sobre o valor da causa, no montante de cerca de R\$ 43.420,668.

3. Inicialmente, faz-se mister consignar que, na vigência do Código de Processo Civil de 1973, promoveu-se alteração processual pela Lei n.º 11.280/2006, que, ao dar nova redação ao art. 489 do CPC, possibilitou a concessão de tutela, para a garantia da eficácia prática do resultado do *iudicium rescissorium*, ao dispor que:

Art. 489. O ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela. (Redação dada pela Lei nº 11.280, de 2006)

A mesma norma também prescrevia a excepcionalidade da medida, sempre condicionada à observância dos pressupostos previstos em lei.

Registra-se que o novo Código de Processo Civil albergou, no artigo 969, regra de conteúdo semelhante, consoante se observa na transcrição abaixo:

Art. 969. A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.

Não se pode olvidar, ainda, que o art. 273 do Código de Processo Civil/1973, que previa a antecipação da tutela, apontava, como pressupostos autorizadores da medida, a prova inequívoca, a ensejar o convencimento acerca da verossimilhança da alegação; e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, requisitos estes que deveriam estar necessariamente conjugados.

Seguindo tal diretriz, o Código de Processo Civil de 2015, a partir do artigo 294, inseriu a tutela provisória, fundamentada na urgência ou na evidência. De fato, o legislador hodierno utilizou a tutela antecipada (satisfativa), prevista no art. 273 do CPC/1973, e a tutela cautelar, prevista no art. 796 e seguintes do Código revogado, com o desiderato de criar a tutela provisória (arts. 294 a 311 do CPC/2015), gênero que contempla, conforme ressaltado, duas espécies: tutela de urgência e tutela de evidência.

Em síntese, a tutela provisória pode ser concedida com base na urgência (cautelar ou antecipada), quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano, ou o risco ao resultado útil do processo; ou com fulcro na evidência, caracterizada por situações que autorizam a concessão de tutela jurisdicional, quando o direito se apresenta cristalino, evidente, dispensando-se o perigo de dano e o resultado útil do processo.

Observa-se, contudo, ao cotejar-se a legislação processual civil anterior com o novo CPC, que, não obstante a alteração de nomenclatura, a essência das medidas provisórias permanece. Nesse sentido, cita-se o magistério de Elpídio Donizetti:

O CPC/2015 traz algumas alterações de nomenclatura, mas, na essência,

a natureza cautelar das medidas provisórias permanece. A tutela antecipada, por exemplo, continua a ser promovida com a finalidade de antecipar os efeitos de uma futura decisão de mérito. Continua, portanto, a ter natureza satisfativa. A tutela cautelar tem por fim evitar danos, de regra presente nas tutelas ressarcitórias, ou assegurar a utilidade do processo, o que pode consistir, inclusive, na ausência de dano, visando tão somente à remoção do ilícito nas tutelas inibitórias. Fato é que a tutela provisória consiste em eficaz instrumento para garantir a efetividade da tutela jurisdicional. (DONIZETTI, Elpídio. *Curso didático de direito processual civil*. 19ª ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 458)

Nesse diapasão, esta Corte Superior tem entendido, ante a gravidade de suspender-se a execução de *decisum* com trânsito em julgado, e com o escopo de afastar a litigância temerária e indesejada, que a antecipação dos efeitos da tutela, em sede de ação rescisória, além de constituir hipótese excepcional, requer, de forma concomitante, a presença de prova inequívoca da verossimilhança das alegações e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Com efeito, a concessão de tutela antecipada, que visa à sustação da decisão rescindenda, demanda o necessário preenchimento dos requisitos autorizadores previstos no art. 300 c/c o art. 969 do CPC/2015 (art. 273 c/c o art. 489 do CPC/1973), os quais denotam o caráter excepcional e específico dos aludidos pressupostos, em virtude da presunção de legitimidade das decisões judiciais e da necessidade de preservação da coisa julgada, corolários do princípio da segurança jurídica.

Por essa razão, a tutela de urgência somente pode ser concedida quando ficarem demonstrados, no caso concreto, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, pressupostos que podem render ensejo à procedência do pedido veiculado na ação rescisória.

Confirmam-se os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. TUTELA ANTECIPADA INDEFERIDA. AUSÊNCIA DE PROVA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO PREVISTA NO ART. 273 DO CPC. DECISÃO MANTIDA.

1. A teor do disposto no art. 489 do CPC, a concessão da antecipação da tutela em ação rescisória é possível quando presentes, cumulativamente, os requisitos autorizadores do art. 273 do mesmo Diploma Processual.

2. *In casu*, em um exame perfunctório, próprio das liminares, não se constata a plausibilidade jurídica requerida pelo legislador, na medida em que o julgado rescindendo, *primo oculi*, ajusta-se à jurisprudência atual desta Corte no tocante à conversão de tempo de serviço exercido sob condições especiais.

(...)

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg na AR 4.347/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/10/2010, DJe 17/11/2010)

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. PROCESSUAL CIVIL. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS.

VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES E FUNDADO RECEIO DE DANO. PRESENÇA CUMULATIVA. DEFERIMENTO. ART. 489 DO CPC.CONDENAÇÃO À PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. LEI DE IMPRENSA. NÃO-RECEPÇÃO. STF. ADPF 130/DF. AUSÊNCIA DE DISPOSITIVO, SEJA LEGAL OU CONSTITUCIONAL, QUE AMPARE ESSA PRETENSÃO. PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA (REsp 885.248/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2009, DJe 21/05/2010). FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA.

(...)

2. A concessão da antecipação da tutela em ação rescisória é possível quando presentes cumulativamente os requisitos autorizadores do art. 273 do CPC (art. 489 do CPC).

(...)

7. Destarte, em um exame perfunctório, próprio das liminares, constata-se a plausibilidade jurídica das alegações da autora, pelo menos no que tange à impossibilidade de condenação à publicação da sentença condenatória em periódico.

8. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na AR 4.490/DF, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/08/2010, DJe 01/09/2010)

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA. TUTELA ANTECIPADA. AUSÊNCIA DO REQUISITO DA PROVA INEQUÍVOCA DA VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DA TUTELA ANTECIPADA.

1. Restando ausente a demonstração, de plano, da prova inequívoca da verossimilhança da alegação, bem como presente o *periculum in mora* inverso, tendo em vista o caráter alimentar dos adicionais por serviços extraordinários devidos aos filiados ao Sindicato-réu, deve ser mantida a decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg na AR 4.076/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/02/2011, DJe 03/03/2011)

AGRAVO REGIMENTAL EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM AÇÃO RESCISÓRIA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA DECISÃO RESCINDENDA. REPOSICIONAMENTO FUNCIONAL. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 77/85 - DASP. EXTENSÃO AOS INATIVOS. VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. É admissível, excepcionalmente, a antecipação dos efeitos da tutela em sede de ação rescisória para suspender a execução da decisão rescindenda, quando presentes as hipóteses previstas no artigo 273 do Código de Processo Civil.

2. Em estando o acórdão rescindendo em conformidade com a jurisprudência uniforme do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que devem ser estendidos aos servidores aposentados todos os benefícios e

vantagens concedidos aos servidores em atividade, nos termos do artigo 189 da Lei nº 8.112/90, falta à hipótese a verossimilhança da alegação, necessária ao acolhimento do pedido de antecipação de tutela.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg na AR 4.615/DF, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/03/2011, DJe 05/04/2011)

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO UNIPESSOAL QUE INDEFERIU O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PERSEGUIDA EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É admissível a concessão de antecipação de tutela no bojo de ação rescisória, desde que devidamente evidenciado, por meio de prova inequívoca, a verossimilhança do direito invocado e a presença de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; fato inexistente na espécie, pelo menos a um juízo perfunctório da causa.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg na AR 5.650/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 02/03/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. INDEFERIDO. MEDIDA EXCEPCIONALÍSSIMA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. COISA JULGADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Agravo Regimental interposto contra decisão que indeferiu o pedido liminar em Ação Rescisória, proposta com fundamento no art. 485, V, do CPC.

2. Alega o autor que o acórdão rescindendo violou os arts. 5º, XXXVI, 37, XIII e XIV, 40, §§ 4º (na redação originária) e 8º (com a redação dada pela EC 20/1998). Assevera que o reconhecimento do direito à paridade entre os proventos dos inativos e a remuneração dos servidores em atividade, com a vantagem estabelecida na Lei Delegada 4/2003, do Estado de Goiás, é inconstitucional.

3. A antecipação da tutela em Ação Rescisória é medida excepcionalíssima, por força da necessidade de preservação da coisa julgada, garantia processual de natureza constitucional (art. 5º, XXXVI, da CF), e, em última análise, do princípio da segurança jurídica (AgRg no AgRg na AR 4.767/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 29/5/2012; AgRg na AR 4.747/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 14/11/2011).

4. No mais, o pedido liminar foi indeferido, pois, em exame preliminar e provisório, o interesse econômico do Estado não merece prevalecer sobre o interesse jurídico dos aposentados e pensionistas à percepção de verba de natureza alimentar, os quais, vale frisar, possuem situações jurídicas albergadas pela coisa julgada.

5. Portanto, em juízo de cognição sumária, quanto ao pedido liminar, não se verifica o *fumus bonis iuris* nem o *periculum in mora*.

6. Melhor será aguardar a instrução processual, pois ausente a

excepcionalidade justificadora para a antecipação da tutela.

7. Agravo Regimental não provido.

(RCD na AR 5.360/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 10/02/2016)

4. Nessa linha de inteligência, em exame preliminar, próprio desta sede processual, não se vislumbra a presença de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, imprescindível à concessão da antecipação da tutela requerida.

Com efeito, na perspectiva do autor, o receio de dano irreparável ou de difícil reparação fundou-se nos seguintes argumentos: a) a desocupação do imóvel (já concretizada mediante entrega voluntária das chaves pela autora; e b) a cobrança da taxa de ocupação, totalmente indevida, no valor de quase R\$ 150.000,00.

Dessa forma, quanto à desocupação do imóvel, veja-se que, conforme retratado pela própria autora na rescisória, já houve a devida concretização com a efetiva entrega das chaves.

Assim, não há qualquer pretensão de evitar a desocupação do imóvel, visto que já se efetivou a saída voluntária, não havendo que se falar, portanto, em justificado receio de dano irreparável.

Por outro lado, no que tange à tese de que a cobrança da taxa de ocupação seria suficiente para gerar dano irreparável, nota-se que esta Corte Superior perfilha o entendimento de que a mera execução não caracteriza o *periculum in mora* necessário para a concessão de tutela provisória.

No caso concreto, se na própria possibilidade de execução provisória - de caráter eminentemente precário - não se evidencia risco de dano irreparável para fins de concessão de tutela antecipada, com mais razão idêntica linha deve ser subsumida ao cumprimento definitivo de sentença, dada a força tonitrua do título executivo judicial formado no processo anterior.

Mencione-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NA TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO. HIPÓTESES DO ART. 1.015 DO CPC. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.

1. O reconhecimento da litigância de má-fé pela instância de origem tem parca possibilidade de sindicância por esta Corte Superior, tendo em conta o disposto no enunciado 7/STJ.

2. Caso concreto em que, ademais, não se identifica alegado propósito prequestionador.

3. O reconhecimento da taxatividade mitigada do art. 1.015 do CPC fora modulado, não se aplicando a decisões agravadas exaradas antes da publicação do acórdão do repetitivo a tratar do referido tema.

4. A mera possibilidade de execução provisória não evidencia risco de dano irreparável para os fins de tutela provisória.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt na Pet 12.616/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe

Superior Tribunal de Justiça

14/06/2019) [g.n.]

Nesse diapasão, verifica-se que as alegações da autora, em juízo provisório, não evidenciam o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, apto a promover a concessão da tutela de urgência pleiteada.

Ausente, portanto, o referido requisito na ação rescisória, torna-se despicienda a análise acerca da probabilidade do direito invocado, pois, como já referido, a concessão da medida demanda a presença simultânea dos dois requisitos, nos exatos termos do art. 300 do CPC.

5. Ante o exposto, indefiro o pedido de antecipação da tutela.

Concedo os benefícios da justiça gratuita.

Cite-se o réu para responder aos termos da presente ação rescisória, no prazo de 30 dias, nos termos do art. 234 do RISTJ e 970 do CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator